

Educação e Desenvolvimento econômico: reflexões sobre essa relação a partir das observações no estágio em dois cursos profissionalizantes em Londrina-Pr.

André Pereira Santin¹

Resumo

Através de observações realizadas com duas turmas de cursos técnicos profissionalizantes no segundo semestre de 2010 e no segundo semestre de 2011 foi realizada uma análise sobre a relação entre desenvolvimento econômico e educação. O tema desenvolvimento econômico esteve presente no Brasil desde a década de 1950, a partir da década de 1960 a educação começa a estabelecer uma relação mais próxima com os projetos de desenvolvimento, na verdade, a educação passa a ser a base para alcançar o desenvolvimento. Esta relação é de extrema importância para pensarmos as atuais condições da educação brasileira e as propostas referentes ao desenvolvimento econômico surgidas nas últimas décadas.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, crescimento econômico, estado e educação.

Introdução

Durante o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2011 tive a oportunidade de observar duas turmas de Ensino Profissionalizante, em meu estágio curricular obrigatório, no Colégio Estadual Vicente Rijo. A busca, por parte dos alunos, por uma capacitação além do ensino médio despertou o meu interesse inicial pela relação educação e trabalho.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: andresantin81@gmail.com.

Porém diante disto apareceram outras questões, estas referentes a saúde pública, capacidade do mercado brasileiro em absorver a mão-de-obra qualificada, previdência social, salários. Durante o primeiro semestre de 2011 tive contato com alguns estudos sobre desenvolvimento econômico, estudos estes que abordavam tais questões, surge daí a escolha pelo tema deste artigo.

No Brasil o tema desenvolvimento econômico é bastante difundido a partir dos anos de 1950 e desde os anos de 1960 manteve uma forte relação com a educação. Esta relação foi bastante discutida durante o período que se inicia na década de 1950 e até hoje é um tema em debate, ao longo do período em questão vários autores que estudam o tema desenvolvimento econômico irão enfatizar a necessidade da existência de um desenvolvimento político para alcançar o desenvolvimento econômico.

A intenção deste artigo é analisar as propostas que foram instituídas referentes ao desenvolvimento econômico e à educação desde os anos de 1950 até a nossa atualidade e refletir sobre a relação entre estes temas, a fim de analisar seus limites e colaborar para uma continuidade da discussão desta relação para que possamos pensar em novas propostas, tanto para a educação quanto para o desenvolvimento econômico brasileiros, a fim de alcançar uma melhor qualidade de vida aos indivíduos desta sociedade.

Realizo aqui uma breve análise acerca das propostas referentes à educação instituídas a partir dos anos de 1960 e posteriormente das propostas referentes ao desenvolvimento econômico instituídas desde os anos de 1950 até hoje.

A idéia central deste artigo é a de que: para alcançar o desenvolvimento econômico é necessário que haja a intervenção do Estado na economia e concomitantemente um desenvolvimento político do país estabelecendo-se uma cidadania completa.

Observa-se que as políticas educacionais implantadas desde 1960 até os dias atuais têm perseguido a possibilidade de produzir capital humano e melhorar a força de trabalho formando um contingente de escolarizados disponíveis para o mercado de empregos.

Há um emaranhado de justificativas nas políticas curriculares e na criação de cursos na Educação Básica e no Ensino Profissionalizante que mesclam objetivos de formação política para cidadania e preparo/qualificação para o trabalho.

Neste artigo pretendo fazer uma reflexão de fundo dessa problemática que considero relevante para continuar estudando essa temática que é a ligação e o nexos existente entre

desenvolvimento econômico e educação, estabelecendo um primeiro exercício de aproximação desse problema teórico referente ao objeto – educação e trabalho.

1. A experiência nos dois cursos profissionalizantes no Colégio Estadual Vicente Rijo

Durante o segundo semestre de 2010 e o segundo semestre de 2011, períodos do estágio curricular obrigatório realizados por mim, tive a oportunidade de observar duas turmas de ensino técnico profissionalizante no Colégio Estadual Vicente Rijo.

A turma observada durante o segundo semestre de 2010 foi a turma do Curso Técnico em Recursos Humanos, apresento aqui alguns dados gerais com relação ao curso:

Habilitação Profissional: Técnico em Recursos Humanos

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidade de Oferta: Subsequente

Carga Horária Total: 1.000 horas/aula ou 933 horas

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, período noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas: 35 por turma

Duração do Curso: 1 ano

Requisitos de Acesso: Alunos Egressos do Ensino Médio ou equivalente

Modalidade de Oferta: Presencial

Disciplinas:

Direito e Legislação Social e do Trabalho

Formação e Desenvolvimento e de Pessoal

Fundamentos do Trabalho

Fundamentos Sociológicos das Organizações

Fundamentos Teóricos da Administração

Informática

Introdução a Economia

Matemática Financeira e Estatística

Planejamento e Análise e de Funções

Processo de Comunicação e Informação em Recursos Humanos

Psicologia Social e do Trabalho

Rotinas Trabalhistas

Tecnologia da Informação²

No dia 23/11/2010 foram aplicados dezenove questionários com os alunos desta turma a fim de identificar algumas de suas características. Com relação ao sexo, apenas quatro dos alunos entrevistados são do sexo masculino, enquanto as outras quinze pertencem ao sexo feminino. As idades dos homens são quarente e nove, quarenta e seis e trinta e um anos, um deles optou por não preencher o quesito “Data de nascimento”. Quanto a idade das mulheres, cinco delas possuem idade entre dezessete e vinte anos, quatro possuem idade entre vinte e um e trinta anos, três estão na faixa etária dos trinta e um aos quarenta anos, e duas delas possuem mais do que quarenta e um anos de idade.

Dos dezenove alunos entrevistados, dezessete declararam estar trabalhando, uma aluna declarou estar desempregada e uma aluna não preencheu nenhum dos campos referente ao trabalho.

Pude constatar que destes dezessete alunos que declararam estar trabalhando, dezesseis trabalham em empresas privadas, e apenas uma aluna trabalha em um órgão público federal, o qual esta aluna não especificou no quesito “4.1. Se sim, em qual empresa, loja, fábrica, instituição, etc.” apenas declarou trabalhar em um órgão público federal.

Com relação aos cargos que ocupam na empresa onde trabalham, pude encontrar alguma variedade, sete mulheres trabalham com atividades administrativas (secretarias e auxiliares administrativas), duas são operadoras de máquinas, um homem e duas mulheres trabalham com vendas, um homem e uma mulher trabalham em escolas como inspetores de alunos, temos um aluno que trabalha como auxiliar de enfermagem, um aluno que declarou trabalhar como “financeiro” e uma aluna que prepara calda de sorvetes.

² (Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Vicente Rijo 2009).

Com relação ao conhecimento sociológico, foi unânime a resposta “sim” na pergunta “6. As aulas de Sociologia proporcionaram um melhor entendimento sobre as relações de trabalho?”. Aqui, destaco as relações de trabalho por ser um curso técnico, ou seja, voltado para o mercado de trabalho.

As próximas perguntas seriam ramificações da questão 6, como todos responderam “sim” na questão 6, posteriormente responderam o quesito 6.1 “Se sim, de que maneira?”.

As respostas foram muito variadas, apenas quatro alunos a responderam relacionando-a com as relações de trabalho, nestas respostas o destaque foi “relações interpessoais no ambiente de trabalho”, a resposta de uma das alunas ilustra isto de forma explicita:

Ajudam a compreender a sociedade de modo geral, como agem, suas diferenças, isso colabora no relacionamento no trabalho pois trás compreensão de como o indivíduo age e se relaciona. (Colégio Estadual Vicente Rijo. Curso Técnico em Recursos Humanos).³

A maioria das respostas deste quesito faz alusão a um melhor entendimento sobre a sociedade, um melhor entendimento sobre o indivíduo, um melhor entendimento sobre a cultura a diferenças culturais. Poucos deles afirmam auxiliar na formação de um olhar crítico.

Com relação aos hábitos de estudo, apenas cinco dos alunos declararam não ter o habito de estudar em casa. Seis dos alunos afirmam manter uma frequencia regular, cerca de duas ou três vezes por semana. Outros sete alunos afirmam estudar ou esporadicamente ou lendo jornais todos os dias. Um dos alunos respondeu, no quesito 7 “Tem o habito de estudar em casa?”, “sim” e “não”, no quesito 7.1 “Se sim com qual frequencia?” o aluno afirma que depende da necessidade.

Com relação à renda familiar, quatro alunos possuem renda familiar entre R\$550,0 e R\$1200,00, sete alunos encontram-se na faixa de R\$1201,00 a R\$2000,00, três alunos possuem renda familiar entre R\$2001,00 a R\$3000,00, e dois alunos possuem renda familiar de R\$ 3001,00 e R\$ 4000,00. Três alunos não responderam ao quesito da renda.

A turma observada durante o segundo semestre de 2011 foi a turma do Curso Técnico em Administração Subsequente, segue alguns dos dados do curso:

³ Trecho retirado dos questionários aplicados com a turma do Curso Técnico em Recursos Humanos no dia 23/11/2010.

Habilitação Profissional: Curso Técnico Administração - Subseqüente

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.

Forma: Subseqüente

Carga Horária total do Curso: 1.260 horas/aula – 1050 horas

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Número de vagas: 35 alunos por turma. (Conforme m² - mínimo 30 ou 40)

Duração: 18 meses (três semestres)

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

Modalidade de Oferta: Presencial

Disciplinas

Administração de Produção e Materiais

Administração Financeira e Orçamentária

Comportamento Organizacional

Contabilidade

Elaboração e Análise de Projetos

Estatística Aplicada

Fundamentos do Trabalho

Gestão de Pessoas

Informática

Introdução à Economia

Marketing

Matemática Financeira

Noções de Direito e Legislação Social e do Trabalho

Organização, Sistemas e Métodos.

Prática Discursiva e Linguagem

Teoria Geral da Administração

Foram aplicados vinte e cinco questionários com os alunos desta turma. Temos aqui sete alunos do sexo masculino e dezoito alunas do sexo feminino. Referente a idade dos alunos de sexo masculino, dois deles possuem idade entre dezoito e vinte anos, três deles estão na faixa dos vinte e um aos trinta anos, um deles possui quarenta e dois anos e um não indicou sua data de nascimento. Com relação a idade das mulheres, três delas encontram-se na faixa etária entre dezesseis e vinte anos, quatorze possuem idade entre vinte e um e trinta anos e uma delas possui trinta e três anos.

Dos vinte e cinco alunos que responderam o questionário, todos declararam estar trabalhando, três deles trabalham em indústrias, duas alunas declararam ser estagiárias de auditoria, seis trabalham no comércio, nove ocupam funções administrativas em seus locais de trabalho, duas pessoas trabalham na área da saúde, entre estas, uma mulher que declarou trabalhar em um posto de saúde público e um homem que declarou-se auxiliar de farmácia no Hospital do Câncer de Londrina, um homem trabalha como moto boy, uma mulher declarou-se apenas como “suporte/consultor” e uma mulher é operadora de telemarketing.

Com relação ao quesito 5 “As aulas de Sociologia proporcionam um melhor entendimento sobre as relações de trabalho?”, vinte e quatro alunos responderam “sim” e uma pessoa não marcou este quesito.

Quanto a indagação no quesito 5.1 “Se sim, de que maneira?”, diferente da turma do Curso Técnico em Recursos Humanos, a grande maioria das respostas neste quesito está relacionada com mundo do trabalho, mais precisamente com sua evolução, a resposta de uma aluna destaca bem isso: Sobre como o trabalho vem evoluindo com o passar do tempo e me mostrou o quanto somos dependentes do trabalho Colégio Estadual Vicente Rijo. Curso Técnico em Administração)⁴.

No quesito 6 “Tem o Hábito de estudar em casa?” apenas nove pessoas responderam “sim”. No quesito 6.1 “ Se sim, com qual frequência?”, duas pessoas declararam estudar cerca de quatro horas por semana, uma pessoa declarou estudar somente nos finais de semana, duas pessoas declararam estudar entre um e três dias por semana, duas pessoas declararam estudar

⁴ Trecho retirado dos questionários aplicados com a turma do Curso Técnico em Administração no dia 17/11/2011.

regularmente, uma pessoa declarou estudar sempre que lhe sobra tempo e uma pessoa declarou estudar todas as noites.

Com relação à renda familiar, quatro pessoas não preencheram o quesito, sete pessoas declararam estar na faixa entre R\$ 550,00 e R\$ 1200,00, seis pessoas declararam estar entre R\$ 1201,00 e R\$ 2000,00, quatro alunos declararam possuir renda familiar entre R\$ 2001,00 e R\$ 3000,00 e quatro pessoas declararam possuir renda familiar entre R\$ 3001,00 e R\$ 4000,00.

A experiência que vivenciei com estas duas turmas e os conteúdos trabalhados na disciplina optativa oferecida pelo professor doutor Ronaldo Baltar durante o primeiro semestre de 2010 denominada Sociologia do Desenvolvimento despertaram em mim o interesse pelo estudo da relação existente entre Desenvolvimento Econômico e Educação.

Estas turmas, no geral, eram compostas por alunos mais velhos do que os alunos do ensino médio, que, no geral, já encontravam-se inseridos no mercado de trabalho e que buscavam qualificar-se ainda mais.

Os cursos técnicos tem como intenção qualificar o indivíduo visando torná-lo mais competitivo para ter uma maior chance de inserção no mercado de trabalho. Isto tornou-se mais evidente no evento “ *II Semana de Gestão e Negócios*” realizado com a participação dos alunos de todos os cursos técnicos do Vicente Rijo e ocorreu durante os dias 26/09/2011 a 30/09/2011. As palestras dos dias 26/09/2011, 27/09/2011 e 28/09/2011 cujos temas eram, respectivamente, “ *Gerando resultados através das pessoas*” , “ *Preparando-se para o futuro*” e “ *Você S.A*” destacaram com evidência a necessidade do indivíduo aperfeiçoar-se a fim de tornar-se mais competitivo para a inserção no mercado de trabalho.

A intenção de qualificar o indivíduo, através da educação, para uma melhor atuação no mercado de trabalho surge em 1950 com a Economia da Educação e com a Teoria do Capital Humano⁵.

2. A presença da Teoria do Capital Humano na educação brasileira

A origem da Teoria do Capital Humano encontra-se juntamente com o surgimento da disciplina Economia da Educação, ambas surgidas nos Estados Unidos em meados de 1950,

⁵ Para saber mais sobre a questão consultar PAIVA, 2011.

tendo como principais pensadores os economistas norte-americanos Theodore Schultz (apud Manfredi, 1999, p.3) e Frederik H. Harbison (apud Manfredi, 1999, p.3). A Economia da Educação tinha como intenção o estudo do aumento da produtividade gerado pelo “fator humano”, através das pesquisas formuladas por esta disciplina concluiu-se que o trabalho humano qualificado era essencial para ampliar a produção. A educação passa a ser vista, a partir de então, como base para o desenvolvimento econômico, assim o investimento na formação de capital humano torna-se essencial para qualquer país que vise alcançar o desenvolvimento.

A Economia da Educação e a Teoria do Capital Humano passam a ganhar importância no período pós Segunda Guerra Mundial devido à primazia da idéia: educação enquanto base para o desenvolvimento econômico.

A idéia de formação de Capital Humano foi bastante difundida no Brasil nos anos de 1960, a educação não era mais vista como um bem raro, mas como um ponto decisivo para alcançar desenvolvimento econômico, esta concepção produtivista da educação estava presente nos debates referentes à primeira LDB brasileira e manifestou-se com as leis 5.540/68 e 5962/71.

Na década de 1970 a Teoria do Capital Humano passa a ser criticada segundo Saviani:

(...) na década dos 70, sob a influência da tendência crítico-reprodutivista, surge a tentativa de empreender a crítica da “teoria do capital humano”. Buscou-se, então, evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico significava torná-la funcional ao sistema capitalista, isto é, colocá-la a serviço dos interesses da classe dominante: ao qualificar a força de trabalho, o processo educativo concorria para o incremento da produção da mais-valia, reforçando, em consequência, as relações de exploração.⁶

Durante o período de 1930 à 1970, conhecido como “a era de ouro do capitalismo”, era facilmente visível o crescimento do capital, o que dava aos trabalhadores uma condição favorável, pois, como Marx mostra no capítulo XXIII de sua obra *O Capital*, em momentos em que a demanda do capital é maior do que o número de trabalhadores, o preço da força-de-trabalho aumenta. Uma das características deste período é a produção em massa que proporcionava altos ganhos e necessitava de uma demanda crescente de trabalhadores.

⁶ (SAVIANI, 2008, p.19)

Durante o período prevaleceu a idéia de que era necessário qualificar o trabalhador a fim de elevar os níveis de produção e de que o Estado deveria garantir esta qualificação através da educação.

Entretanto a mudança no mercado global de consumo acirrada após a crise dos anos de 1970 configurava novos “mercados de nicho” que substituem a produção em massa. Houve um grande número de demissões, o que forçou às empresas a produzirem com uma menor quantidade de trabalhadores e a inovarem suas tecnologias para que fosse possível produzir. No período em questão a crença na contribuição da educação para o processo de produção era mantida, a Teoria do Capital Humano, devido às especificidades da época, é retomada em 1980 pelo Banco Mundial conforme destaca Paiva:

Por um lado, a retomada da economia da educação ocorre dentro dos parâmetros clássicos, mesmo que se enfatize as noções de “investimento individual” e a formação de um “capital social” [...] por outro, porém, modificou-se o quadro dentro do qual a educação continua sendo importante para o bem-estar dos povos e para responder às novas demandas da economia, modificando as equações clássicas entre educação e vida econômica [...].⁷

Neste contexto, não é mais o Estado que vai assegurar a qualificação da mão-de-obra, para ocupar postos de trabalho, através da educação. Mas o próprio indivíduo que vai escolher o caminho a ser percorrido para tornar-se competitivo no mercado de trabalho. A educação passa a ser vista como um investimento individual em capital humano que habilita o indivíduo a competir pelos empregos disponíveis sendo que, o acesso a diferentes níveis de escolaridade aumenta as condições de empregabilidade, porém não garante a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.(SAVIANI, 2008).

O Capital Humano passa a incorporar dentro de si outros trêstipos de capitais (o capital informacional, o capital simbólico e o capital cultural) pois as novas exigências do mercado passam a não depender somente do nível de educação, mas também de outras competências diversas que os indivíduos possuem, o mercado de trabalho passa a dar uma importância maior à experiência prática, advinda de empregos anteriores ou até mesmo de estágios realizados pelo indivíduo, do que no currículo propriamente dito. Assim o currículo perde parte de sua importância. A educação passa a não garantir a inserção do indivíduo no

⁷ (PAIVA, 2001, p.187)

mercado de trabalho, ela continua sendo um pré-requisito essencial para esta inserção, porém não é mais uma condição suficiente.

Na década de 1980 Cláudio Salm (apud Saviani, 2008, p. 19), em um esforço para avaliar as críticas referentes à Teoria do Capital Humano acabará por absolutizar a separação entre escola (educação) e trabalho (processo produtivo). O autor esforçou-se em demonstrar o equívoco da tese que liga a educação ao processo de desenvolvimento capitalista, diante da constatação que o capital cresce, em termos de acumulação, independentemente da escolarização do país, não necessitando assim recorrer à educação escolar. Salm ressaltou então, que a justificativa da existência da escola era a de formar o cidadão.(SAVIANI, 2008).

Gaudêncio Frigotto (apud Saviani, 2008, p. 20) problematiza a idéia da Teoria do Capital Humano de que a escola é produtiva e está a serviço dos indivíduos indistintamente e afirma que ela não é produtiva e exclusivamente subordinada ao capital, como afirmavam os críticos da Teoria do Capital Humano, bem como não se pode considerá-la totalmente improdutiva para a acumulação do capital, como supõe Salm. Frigotto (apud Saviani, 2008, p. 20) tenta captar a existência do vínculo entre educação e trabalho e percebe que a escola é imediatamente improdutiva e mediamente produtiva.

Para situarmos o debate até aqui sintetizado sobre os vínculos educação, economia e trabalho, inserimos no próximo item as reflexões sobre o desenvolvimento econômico do Brasil realizadas desde anos de 1950. Aproveitando as referências e textos discutidos na disciplina Sociologia do Desenvolvimento ministrada pelo professor Ronaldo Baltar no primeiro semestre de 2011.

Esse exercício tornou-se necessário para que demonstrássemos a ligação entre economia, trabalho e educação em teorias que se cruzam e são mobilizadas quando discutimos desenvolvimento econômico e escolarização no Brasil. A presença da defesa da escola profissionalizante e de preparação para o mercado de trabalho percorre a educação brasileira desde os anos de 1960, contudo a busca pelo desenvolvimento brasileiro intensificou-se nos anos de 1950, devido a isso recuperaremos um pouco das raízes deste contexto histórico específico.

3 Desenvolvimento Econômico

Existe uma grande diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O primeiro termo remete-se apenas à elevação de renda relativa à produção do

país, enquanto o segundo remete-se a um aperfeiçoamento qualitativo da economia, este repousa em uma distribuição de renda efetiva, pleno emprego, homogeneidade social. Visa portanto a melhoria do bem-estar do ser humano.

Segundo Hélio Jaguaribe (1969), pode-se classificar o desenvolvimento de duas maneiras. A primeira é o “desenvolvimento espontâneo”, tendo como exemplos a Grã-bretanha e os Estados Unidos. Diz-se desenvolvimento espontâneo no sentido que não houve um planejamento para alcançar o desenvolvimento industrial e econômico ocorrido nos séculos XVIII e XIX. A segunda maneira é o desenvolvimento que ocorre através de um planejamento inicial, que o autor define como “desenvolvimento planejado”, acerca disso o autor afirma:

Entende-se por programação econômica, no sentido amplo do termo, a técnica de provocar a ocorrência de determinado resultado mediante a intervenção deliberada no processo econômico (...) em sentido mais restrito entende-se por programação econômica uma política econômica, em geral do Estado, que vise a obter determinados resultados através da aplicação de planos apropriados.⁸

Para alcançar o desenvolvimento programado, é necessário que haja elaboração de planos de desenvolvimento, para isso deve ser feita uma análise da situação do país, traçando objetivos de acordo com as possibilidades em que ele se encontre acerca de suas atividades externas, pois as relações com os outros países auxiliam no alcance do desenvolvimento e definir as medidas que serão realizadas para o alcance dos objetivos.

O plano de desenvolvimento depende do comprometimento do governo, este deve ser o condutor do desenvolvimento. As estratégias desenvolvimentistas latino-americanas nos anos 50 foram fortemente influenciadas pelo “pensamento cepalino”, tais pensamentos, analisando os países latino-americanos e os países desenvolvidos, afirmavam que a maneira de reduzir a diferença econômica entre eles e de atingir a independência política e econômica era programar um crescimento econômico auto-sustentado e o caminho a seguir para alcançá-lo seria a industrialização.

O ponto de alterações nos projetos de desenvolvimento no Brasil é o período de esgotamento do regime militar e do processo de industrialização empreendido e a transição para governos democráticos iniciada em 1985. Nesse período retoma-se o papel do Estado na

⁸ (JAGUARIBE, 1969, p.23).

economia tendo uma conjuntura internacional muito diferente em termos dos pólos de poder e direcionamento global, tendo empresas do Japão e a Europa rivalizando com as multinacionais dos EUA. Do ponto de vista político a crise da liderança dos blocos capitalistas e socialistas indica um novo cenário econômico com outros arranjos de intervenção dos estados nacionais. Curiosamente os discursos sobre a economia brasileira retomam a idéia de “modernização” diminuindo a ênfase na idéia anteriormente mais defendida de “desenvolvimento econômico nacional”, com investimentos estatais em infraestrutura. Aparecem, então, leituras e proposições políticas de como o Estado deveria atuar na econômica nacional e internacional, Baltar sintetiza:

A transição reflete um momento de esgotamento de um tipo de desenvolvimento capitalista que sustentava sobre um tipo específico de domínio político, no qual o Estado era o centro articulador e promotor da ordem econômica. Sob esse aspecto a compreensão da crise do Estado que emoldura a transição dos anos 1980 deve levar em consideração a continuidade.⁹

Baltar afirma que ao durante esta transição os “líderes empresariais e políticos buscam construir um novo arranjo de dominação”, sendo que a idéia de “projeto de modernidade” é a base ideológica para este novo arranjo, termo não remete-se à existência de um plano organizado pelo Estado mas, segundo o autor: “[...] o “projeto de modernidade” significa um horizonte, um termo aglutinador de diversos interesses que viam na regulação do Estado o problema a ser superado pelo país dos anos 1990.”¹⁰

Era a partir da idéia de uma sociedade regulada pelo mercado é que a defesa de um “Brasil moderno” baseava-se. Estas novas idéias serão denominadas como “neoliberalismo nos anos de 1990. O neoliberalismo representaria um suporte ideológico que servia de base para as intervenções de órgãos como o Banco Mundial e principalmente o FMI nas economias dos países capitalistas centrais e também nos de periferia. (BALTAR, 2009).

A teoria monetarista neoliberal insiste na idéia do Estado mínimo, onde o papel deste na sociedade passa a ser o de garantir serviços mínimos necessários como policiamento,

⁹ (BALTAR, 2009, p.91).

¹⁰ (BALTAR, 2009, p.92).

sistema judiciário, legislativo, executivo, forças armadas, opondo-se à idéia de um Estado que intervém na economia. Tal teoria tem como base a abordagem de Adam Smith denominada de *mão invisível*:

Esta seria representada pelo conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para realizar as necessidades de venda (oferta) e de compras (demanda) – portanto, satisfazendo em sua plenitude os desejos individuais. Os mais produtivos venderiam maiores quantidades a preços menores e, portanto, suas capacidades de comprar e acumular riquezas seriam também maiores, mas elas seriam apenas uma recompensa por suas habilidades individuais.¹¹

O Estado seria um corpo estranho considerado gastador que impedia o desenvolvimento ‘natural’ do mercado, ou seja, seria prejudicial ao livre desenvolvimento econômico.

As idéias neoliberais foram, nos países de economias centrais, a base para as políticas de desmonte do *welfare state* da década de 1980 e no caso dos países de periferia foram a base para a intervenção dos órgãos mundiais através dos ajustes estruturais de 1990. O eixo dos ajustes era a privatização das Estatais. (BALTAR, 2009). Com a venda destas o Estado não teria mais de gastar com as mesmas e ainda arrecadaria o dinheiro das vendas.

No Brasil o neoliberalismo (programa de ajuste externo) juntamente com o discurso do Brasil moderno (interno) acabam por enterrar as estratégias do Estado Nacional-Desenvolvimentista.

Porém a idéia Keynesiana nos mostra que nem sempre o interesse do mercado coincide com o interesse público. O mercado por si só não consegue garantir o pleno emprego e além disto é excludente das empresas e trabalhadores mais fracos. Uma sociedade regulada pelo mercado é uma “utopia”, para garantir condições favoráveis de vida aos membros de uma sociedade é necessário (mas não suficiente) que haja intervenção na economia por parte do Estado. Esta intervenção quando devidamente planejada e executada por um “bom” governo não se torna um empecílio para o mercado, ao contrário, como afirma Harrison:

¹¹ (SICSÚ, PAULA, RENAUT, 2007, p.510)

Um bom governo pode assegurar a estabilidade e a continuidade, sem que o investimento e a produção sejam prejudicados. Um bom governo pode proporcionar uma variedade de serviços que facilitem a produção. E as políticas seguidas pelo governo, por exemplo, com relação aos impostos, taxas de juros, preços mínimos para produtos agrícolas afetarão significativamente as decisões do produtor.¹²

Além do comprometimento do governo, é necessário que haja integração e coesão social. Jaguaribe estratifica a sociedade em três camadas (“inferior”, “média” e “superior”), os interesses destas camadas são distintos, porém, o desenvolvimento é um interesse em comum entre elas, e é este interesse que promove a coesão e a integração social. Porém, para que isto se concretize, é necessário que todas as camadas sejam politicamente representadas. Para que isto seja possível é necessário que haja um desenvolvimento político no país.

O atraso no desenvolvimento da maioria dos países se deve ao fato de que o desenvolvimento econômico não foi acompanhado por um desenvolvimento político, sendo assim, parte da população não é representada, para haver um desenvolvimento político é necessário que os agentes (indivíduos) tenham liberdade política. (JAGUARIBE, 1969).

Amartya Sen apresenta a idéia de desenvolvimento enquanto expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. O autor aborda cinco tipos de liberdades que muitas vezes são restringidas aos indivíduos:

- 1- Liberdade política (liberdade de participação nas decisões públicas);
- 2- Facilidade econômica (garantia de emprego);
- 3- Oportunidades sociais (acesso à saúde, educação);
- 4- Garantia de transparência (por parte dos governantes);
- 5- Segurança protetora (aposentadoria, garantia de futuro e estabilidade).

Tais garantias são essenciais para um país alcançar o desenvolvimento a partir da satisfação dessas liberdades. Reforçamos aqui que a idéia abordada de desenvolvimento vai além do que pura e simplesmente um crescimento econômico, mas visa principalmente a

¹² (HARRISON, 1985, p.21)

melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, aqui o crescimento econômico passa a ter sentido quando investido em tal melhoria e o que poderia garantir isto seria o Estado. O indivíduo é a base para o desenvolvimento e sua condição de agente livre é essencial para que um país venha a tornar-se desenvolvido.

Os indivíduos devem ser livres para utilizar suas capacidades criativas, as capacidades de teorizar, conceituar, imaginar, experimentar, inventar, articular, organizar. As condições naturais (clima, geografia), dimensão do mercado, entre outros fatores, influenciam a direção e o ritmo do progresso, porém a base é a capacidade criativa do homem.

Esta capacidade criativa não limita-se apenas aos gênios empresariais, é necessário incentivar a capacidade criativa de todos, pois todos estarão contribuindo para o progresso (o operário, o gerente de loja, o professor, o empresário), Harrison considera o desenvolvimento enquanto um processo de milhares de pequenos avanços e enumera sete condições que estimulam a capacidade criativa humana:

1. Expectativa de equidade;
2. Disponibilidade de oportunidades educacionais;
3. Disponibilidade de serviços de saúde;
4. Encorajamento da experimentação e crítica;
5. Correspondência de talentos e empregos;
6. Recompensas pelo mérito e pelas realizações;
7. Estabilidade e continuidade;

A garantia destas sete condições depende de políticas públicas de saúde e educação e também da intervenção do Estado na economia. Se um país possui um sistema de saúde público eficaz (onde não haja uma grande espera por uma consulta ou uma cirurgia, onde esta última quando necessária é realizada com sucesso, que não falte medicamentos, onde o atendimento médico em casos urgentes é imediato) os indivíduos não ficam totalmente despreocupados com sua saúde, mas se sentem protegidos ao saberem que, caso necessitem, lhes será fornecido um atendimento de qualidade.

O Estado intervindo na economia de maneira eficaz pode vir a garantir o pleno emprego, remuneração que atenda às necessidades dos indivíduos, direitos trabalhistas que garantam melhores condições de trabalho.

Com relação às políticas educacionais brasileiras, desde os anos 1960, houve a preocupação de investimento neste setor a fim de obter uma educação que tivesse condições de atender às demandas do mercado.

As políticas públicas educacionais brasileiras, a partir dos anos 70, passam a ser influenciadas também pelas propostas neoliberais. Neste contexto é que a educação brasileira passa a ser organizada e voltada para o trabalho visando o desenvolvimento econômico, segundo isto Jani e Jeinni afirmam:

[...] se tem a priorização do ensino voltado e organizado para o trabalho, ou seja, para a produção e formação de trabalhadores e/ou de novas medidas transplantadas no trabalho produtivo da sociedade capitalista. O objetivo é visar apenas ao desenvolvimento da capacidade profissional na busca do desenvolvimento sustentável da economia globalizada e à integração da sociedade mediante as atribuições que seriam de responsabilidade do Estado.¹³

Como indicamos desde o início essa ligação entre economia, desenvolvimento, escola, educação e trabalho não se desfez, mas mudaram de forma e configuração tendo em vista os arranjos de poder no Estado, as concepções e práticas hegemônicas da relação entre estado e economia e do papel da educação nesses projetos políticos e econômicos.

4 Considerações Finais

Podemos observar que durante o período que vai de 1950 até 1970, o modelo nacional-desenvolvimentista, que tinha como base uma forte industrialização conduzida pelo Estado, temos uma educação que visava qualificar o indivíduo a fim de inserí-lo no processo produtivo para que este pudesse contribuir da maneira mais eficiente possível para o aumento da produção.

¹³ (SILVA, PUZIOL, 2008, p. 2).

Este modelo de desenvolvimento não se manteve por muito tempo, com a crise dos anos de 1970 muda-se a concepção de que o Estado deve intervir na economia, tem-se um esforço em 1980 para romper com o *welfare-estate* Keynesiano com o discurso que coloca o Estado como “gastador”, como um freio para o desenvolvimento econômico, e afirma que a economia pode crescer por si só. Realmente é admissível a idéia de que a economia cresça por si só, a lógica do sistema capitalista é realmente expansionista e que visa crescer cada vez mais.

Contudo, há que se considerar o fato de que de nada adianta o crescimento econômico se este não será revertido para o bem-estar da população e a economia por si só não tem a capacidade para garantir tal feito, pois a lógica do sistema capitalista é de expansão produtiva e do acúmulo da riqueza nas mãos de poucos.

Neste novo período tem-se uma educação que apenas promete melhorar as condições de empregabilidade do indivíduo, mas não é a garantia para o seu ingresso no mercado de trabalho, uma vez que se tem a predominância da idéia de que quanto maior for o nível de educação que o indivíduo venha a alcançar, mais competitivo ele será e maiores serão suas chances de ser inserido no mercado de trabalho. No fundo reforça a idéia de que depende do esforço do indivíduo na busca pela composição de sua renda e das possibilidades de empregabilidade, sem analisar e discutir a estrutura de empregos e rendas montadas em um padrão de acumulação flexível do capital.

Dessa forma, o investimento em uma educação que torne indivíduo mais especializado e competitivo passa a ficar a cargo do próprio indivíduo, que deve escolher o caminho que irá traçar em sua ascensão educacional. Acerca disto temos alguns problemas que merecem destaque.

Em primeiro lugar, a idéia de competir para a inserção no mercado de trabalho remete-se necessariamente a afirmar que o mercado de trabalho não consegue englobar o total de indivíduos que buscam esta inserção. Em segundo lugar sendo obrigação do Estado fornecer apenas a educação básica e deixando a cargo do indivíduo o investimento em sua qualificação profissional sendo que tal investimento despense de tempo e de gastos, podemos pressupor que aqueles que não possuem condições para investir serão menos competitivos e suas chances de inserção no mercado de trabalho serão mais baixas.

Além disto, os modelos de educação acima expostos apresentam sérios limites no desenvolvimento político em termos de aprofundamento dos espaços públicos e democráticos pois a visão tecnicista está voltada para a qualificação da mão-de-obra e para a expansão da

produtividade deixando de lado o incentivo a conhecimentos referentes a política, legislação, cultura, sociologia, enfim, sem estimular uma espécie de conhecimento que capacite mais o indivíduo a fim de entender e refletir sobre o mundo a qual o indivíduo está inserido, desta maneira a atuação política das classes populares pode tornar-se ineficiente para realizar propostas em busca de melhorias. Também não é lógico esperar que estas melhorias decorram exclusivamente da “onisciência” dos governantes. O segundo modelo, baseado nas propostas neoliberais acima destacadas, torna-se ainda mais segregador quando retira de cena uma instituição que poderia garantir uma melhor qualidade de vida aos indivíduos, o Estado.

A educação neste modelo torna-se individualista, cada indivíduo deve percorrer o caminho que suas condições financeiras lhe permitirem para serem superiores, enquanto os despossuídos de meios de investimento são cada vez mais excluídos do mercado de trabalho, ou são inseridos de maneira precária.

A partir de 2002, com o governo Lula, inicia-se *um modelo de desenvolvimento* que ficou conhecido como *novo-desenvolvimentismo*. Tal modelo tem como base um Estado forte que invista na criação de mercados internos e garanta programas sociais voltados a qualidade de vida das classes populares. Podemos observar tais aspirações neste novo governo, não estou afirmando que tais aspirações estejam concretizando-se de uma maneira eficaz, mas que estamos diante de uma nova proposta de estratégia de desenvolvimento econômico.

O Estado, na última década, tem investido no mercado, a exemplo disto temos os programas habitacionais financiados pelo governo que proporcionaram um grande crescimento no mercado de construções, também temos os investimentos no pré-sal.

Também temos os investimentos em programas de transferência de renda como o Bolsa-família, cuja intenção é auxiliar as famílias que vivem com uma renda inferior a um quarto do salário mínimo. Medidas como essas também ajudam no fortalecimento do mercado, pois é um dinheiro que será colocado em circulação.

Observamos também a existência de cursos técnicos fornecidos pelo Estado e programas como o Prouni e o FIES¹⁴ que auxiliam a aquisição dos indivíduos à níveis mais elevados do que a educação básica.

¹⁴ Prouni: Programa Universidade para Todos. Concede bolsas de estudos parciais e integrais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas. FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Financia parcialmente o valor das mensalidades de um curso superior em uma instituição de ensino superior privada.

Mas ainda falta uma educação básica que garanta um desenvolvimento político. Temos nesta década a inserção da sociologia e da filosofia como matérias obrigatórias no ensino médio com a intenção de incentivar o pensamento crítico dos indivíduos, um pensamento que seja capaz de fornecer condições para que o indivíduo entenda, reflita e atue sobre a realidade a qual está inserido. Porém, a carga horária destas matérias é muito baixa e sua inserção muito tardia. Qual argumento justifica o fato de ter de esperar que o indivíduo complete 15 ou 16 anos de idade para iniciar o incentivo a seu pensamento crítico? Tal pensamento deveria ser incentivado desde início da vida escolar dos indivíduos.

Mesmo com os programas de assistência social, mesmo com o investimento no crescimento econômico, temos ainda uma educação que não possui condições de formar um cidadão com uma consciência política, sendo que em uma sociedade onde o foco dos indivíduos está em suas atividades laborais, a escola torna-se então o lugar propício para que o indivíduo adquira tal consciência.

Referências:

BALTAR, Ronaldo. *A reconstrução do Discurso sobre o 'Brasil Moderno' e a idéia de 'desenvolvimento' pós-transição democrática*. In CHAIA, V.; MACHADO, E. (orgs). *Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2009.

HARRISON, Lawrence E. *Subdesenvolvimento é um estado de espírito*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1985.

JAGUARIBE, Hélio. *“Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MANFREDI, Silvia M. *Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas*. (1999). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002 Acesso em: 05.nov.2011.

PAIVA, Vanilda. *Sobre o conceito de “capital humano”*. (2001). Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n113/a10n113.pdf Acesso em: 05.nov.2011.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Vicente Rijo. Londrina 2009.

SAVIANI, Dermeval. *As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira*. (2008) Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html
Acesso em: 02.nov.2011

SILVA, Jani Alves da ; PUZIOL, Jeinni Kelly Pereira. *A Influência da Teoria do Capital Humano e da Teoria do Capital Social nas Políticas Educacionais Brasileiras da Atualidade*. (2008) Disponível em
<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jeinnipuziolejansilva.pdf>
Acesso em: 22.nov.2011.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENAUT, Michel. “*Por que novo-desenvolvimentismo?*”. Revista de Economia Política, vol. 27, nº4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

Anexo 1. Questionário aplicado em dezenove alunos da turma do Curso Técnico em Recursos Humanos, no dia 23/11/2010, do Colégio Estadual Vicente Rijo.

Instrumento de pesquisa com os alunos da turma de ADM

1.Nome: _____

2.Sexo: Masculino Feminino

3. Data de nascimento: / /

4. Trabalha: Sim Não

4.1. Se sim, em qual empresa, loja, fábrica, instituição, etc:

4.2. Qual a sua função em seu local de trabalho?

5. Quais suas perspectivas com o curso Técnico de Recursos Humanos?

6. As aulas de Sociologia proporcionam um melhor entendimento sobre as relações de trabalho?

Sim Não

6.1. Se sim, de que maneira?

6.2. Se não, qual seria seu entendimento sobre os assuntos tratados nas aulas de sociologia?

7. Tem o hábito de estudar em casa?

Sim Não

7.1. Se sim, com qual frequência?

8. Qual é, aproximadamente, a sua renda familiar?

Anexo 2. Questionário aplicado em vinte e cinco alunos da turma do Curso Técnico em Administração, no dia 17/11/2010, do Colégio Estadual Vicente Rijo.

Instrumento de pesquisa com os alunos da turma de ADM

1.Nome: _____

2.Sexo: Masculino Feminino

3. Data de nascimento: / /

4. Trabalha: Sim Não

4.1. Se sim, em qual empresa, loja, fábrica, instituição, etc:

4.2. Qual a sua função em seu local de trabalho?

5. As aulas de Sociologia proporcionam um melhor entendimento sobre as relações de trabalho?

Sim Não

5.1. Se sim, de que maneira?

5.2. Se não, qual seria seu entendimento sobre os assuntos tratados nas aulas de sociologia?

6. Tem o hábito de estudar em casa?

Sim Não

6.1. Se sim, com qual frequência?

7. Qual é, aproximadamente, a sua renda familiar?
